

Thiago Moreira da Silva¹ 

RESUMO **Introdução:** Este artigo analisa a suposta simplicidade das percepções e imagens que os eleitores usam para basear seus entendimentos e condutas acerca da política institucional, caracterizadas por Fábio Wanderley Reis como a “Síndrome do Flamengo”. **Materiais e Métodos:** A pesquisa está assentada em análises econométricas e psicométricas de dados coletados nas eleições presidenciais brasileiras – no Datafolha, ESEB e Lapop -, de 1989-2014. Para tanto, verificou-se a validade do arrazoado mediante o exame de uma possível associação entre os posicionamentos políticos e o voto, ao longo dos anos considerados. **Resultados:** É infundado o postulado que atribui aos brasileiros pouca complexidade nas escolhas eleitorais. A relevância das concepções programáticas, e não meramente materiais e simbólicas, dos cidadãos mostraram-se estatisticamente significativas em todos os anos explorados. **Discussão:** A convicção segundo a qual eleitores brasileiros padecem de uma enfermidade, a “Síndrome do Flamengo”, alicerçou uma literatura que permaneceu pouco atenta às convicções programáticas dos eleitores. Neste trabalho, demonstro que existe uma correlação clara entre os posicionamentos políticos dos eleitores e o voto, aspecto que contraria o postulado defendido por Reis.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome do Flamengo; comportamento político; multidimensionalidade; sofisticação política; voto.

Recebido em 31 de Dezembro de 2017. Revisado em 1 de Junho de 2018. Aceito em 10 de Julho de 2018.

I. Introdução¹

¹ Agradecemos aos comentários e sugestões dos pareceristas anônimos da *Revista de Sociologia e Política*.

Hipocondria. *Sf. “Transtorno psicológico caracterizado por uma preocupação compulsiva e medo constante de sofrer ou vir a sofrer de enfermidade(s) grave(s), a partir de interpretações pessoais baseadas em sintomas somáticos, que persistem a despeito das investigações médicas e que não podem ser atribuídos a uma doença real”. - Dicionário Michaelis, edição eletrônica.*

Decerto, a enfermidade mais famosa nos diagnósticos da literatura de comportamento eleitoral no Brasil é a “Síndrome do Flamengo”, cunhada pelo cientista político Fábio Wanderley Reis nos anos 1980. O autor retratou assim a suposta simplicidade das percepções e imagens que os eleitores usariam para basear seus entendimentos e condutas sobre a política institucional. Nesse sentido, o fato de os cidadãos não possuírem crenças estruturadas atinentes ao jogo político afetaria, por consequência, a decisão eleitoral dos indivíduos – ancoradas em vinculações personalistas. O cenário nacional, de fato, parece pouco afeito a manifestações do tipo, em virtude de composições institucionais desfavoráveis, baixos níveis de instrução da população, alto grau de desigualdade social e, conseqüentemente, um modelo de gestão de bens públicos alicerçada em práticas clientelistas.

O efeito de contágio dessa prescrição provocou, então, uma epidemia na literatura especializada, que depositou pouca atenção aos condicionantes empíricos da tese. Por conseguinte, as análises dos determinantes do voto padecem de verificações acuradas sobre a pertinência do diagnóstico desenvolvido, aparentando uma espécie de transtorno hipocondríaco – no qual os prognósticos foram sentidos sem uma manifestação concreta da psicopatologia.

Signatário dessa teoria, o recente livro “O voto para presidente no Brasil: condicionantes e fatores explicativos” (Bonifácio, Caselecchi & Freitas 2014)

fornece um catálogo dos principais elementos discutidos pela literatura nos últimos anos – sistema eleitoral, financiamento de campanha, sofisticação política, voto econômico, influência de grupos religiosos, corrupção, papel da mídia, interferência das emoções, além de um inconclusivo artigo a respeito da ascendência da ideologia - ratificando o pouco entusiasmo dos politólogos com o nexos dos posicionamentos políticos e a conduta observada nas urnas.

O objetivo das linhas seguintes é de testar a precisão do arrazoado. Será analisado o impacto das questões de posição na inclinação eleitoral dos brasileiros em diversos pleitos presidenciais.

Antes, entretanto, cabem algumas observações: o voto orientado por questões de posição ocorre quando o votante, dentre as opções disponíveis, opta pelo candidato que melhor representa suas visões de mundo (Stokes 1963). As questões de posição, ao contrário das de valência, causam divisões entre os atores sociais – casos de temas como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o papel do Estado na economia, a aceitação do aborto etc. Tal atuação também se diferencia de condutas clientelísticas – a troca do sufrágio por benefícios privados exclusivos – ou personalistas, cujos traços pessoais norteiam a interface.

Ademais, a ideia de multidimensionalidade das crenças aparece como o fio condutor deste trabalho, separando as predileções políticas em eixos distintos. A conceitualização favorece um entendimento mais pormenorizado de aspectos da ideologia dos cidadãos e auxilia a capturar a forma heterogênea como os indivíduos concebem os conflitos sociais (Feldman & Johnston 2014).

Como resultado, constata-se a presença infundada dos postulados que atribuem aos votantes brasileiros uma orientação respaldada unicamente pela identificação com os traços pessoais dos representantes, vinculações afetivas com as legendas partidárias e o julgamento do desempenho dos governantes. As concepções programáticas, e não meramente materiais ou simbólicas, das condutas dos cidadãos desvelam efeitos substanciais em todos os pleitos explorados. Contudo, a importância indicada, ou seja, o peso que as pessoas atribuem às diferentes dimensões não é a mesma, variando de acordo com o grau de sofisticação dos votantes. Entende-se, assim, que os levantamentos propostos servem como um complemento de uma literatura que muito avançou nos últimos anos, oferecendo diagnósticos criativos e originais sobre o voto no Brasil.

O artigo está estruturado em três seções, além desta introdução. Na primeira, apresento uma descrição pormenorizada da “Síndrome do Flamengo” e seus efeitos sobre a literatura de comportamento eleitoral. Na segunda, discuto a metodologia empregada, baseada no uso de análises fatoriais, cuja função é autorizar a inferência sobre as possíveis dimensões utilizadas como preditores do voto no Brasil. Por fim, são expostos os resultados das associações entre as questões de posição e o voto em quatro pleitos presidenciais.

II. A “Síndrome do Flamengo” e os determinantes do voto no Brasil

Segundo Reis (1988), as preferências ideológicas ou partidárias dos brasileiros não estão apoiadas em assuntos propriamente programáticos, mas em imagens obscuras, simplificadas, do cenário em questão². Existiria, portanto, uma divisão quase binária, baseada em emblemas tais como “povo”, “governo”, “oposição”, “pobres” e “ricos”. Essa situação inevitavelmente conduziria a política nacional rumo ao populismo. Conforme o autor:

“Assim, no eleitorado popular, em cuja percepção não se integram senão precariamente os diversos aspectos ou dimensões do universo sociopolítico, a opção eleitoral oposicionista parece ligar-se antes ao contraste vagamente apreendido entre o popular e o elitista (“pobres vs. “ricos”, “povo” vs. “governo”), no qual se

² A visão acerca do pouco conhecimento dos eleitores ordinários sobre a política não é inédita e tem no clássico trabalho de Converse (1964) o seu principal bastião. Para o autor, a inconsistência da população no momento de responder perguntas simples

demonstra a falta de capacidade dos cidadãos de emitirem opiniões a respeito de conteúdos do universo político.

traduz uma insatisfação difusa incapaz de articular-se por referência a problemas específicos de qualquer natureza. Por outras palavras: votar na oposição é, para o eleitorado em questão, um pouco como torcer por um clube popular de futebol – o Flamengo, digamos, para tomar talvez o mais popular deles. [...] Temos, assim, uma espécie de “Síndrome do Flamengo” que não apenas tende a negar um regime autoritário como o que controlou o país até 1985 a possibilidade de verdadeira legitimação pela via eleitoral como também faz do populismo, na atualidade brasileira, uma fatalidade, desde que as condições institucionais permitam um jogo político razoavelmente aberto e sensível perante o eleitorado” (Reis 1988, pp.78-79).

A ideia da falta de uma atuação política *issue-oriented*, isto é, pautada por atores informados sobre as principais agendas coletivas, cuja compreensão levaria ao estabelecimento de um amálgama entre as preferências políticas dos cidadãos – supostamente aplicável a eleitores de outras searas – logo influenciou uma série de trabalhos de comportamento político. Castro (1994), diretamente inspirado pelos postulados de Reis, levou a cabo a intenção de explicar o comportamento eleitoral segundo o grau de sofisticação dos cidadãos, pois somente uma minoria conseguiria nortear suas decisões guiada por assuntos políticos, enquanto a grande parcela da população seria desinformada e, conseqüentemente, não teria opiniões sobre as questões centrais do debate público. Isoo posto, a maioria do eleitorado guiaria seus julgamentos por “imagens políticas vagas e ponderações atinentes às características pessoais dos candidatos em disputa”. Nessa direção, Silveira (1998) pontua que a política atual, fruto de um novo panorama vigente, alicerçada nos veículos midiáticos e de *marketing*, contribui para a consubstanciação de um eleitor intuitivo e não-racional. Para Baquero (1994), sob a óptica da cultura política, o votante personalista e pragmático marca o estilo predominante dos brasileiros, mais preocupados com critérios de eficiência da gestão pública.

Em razão da baixa identificação e saber político, a compreensão dos conteúdos coletivos no arquétipo sublinhado se daria de forma desordenada e, assim, concorreria para o aumento da volatilidade desses indivíduos. Para Carreirão (2002, p.48):

“O pressuposto de que os eleitores conhecem as posições dos candidatos em *issues* salientes, de que eles conhecem suas próprias preferências perante esses *issues* e de que eles conceptualizam os resultados eleitorais em termos de dimensões políticas bem definidas, parece estar em desacordo fundamental com as descobertas de décadas de pesquisas de opinião”.

O “desacordo fundamental”, evidenciado pelo autor, encontra suporte ainda em trabalhos com desenhos comparados. A título de exemplo, Kitscheldt (2000) considera os sistemas político-partidários da América Latina menos programaticamente organizados se comparados aos correlatos da Europa Ocidental. Na escala dos autores, nenhum dos 12 países ponderados exhibe altos níveis nesse quesito, e somente Chile e Uruguai atingem pontos intermediários. Nessa perspectiva, os compósitos institucionais com alta polarização e menor fragmentação partidária teriam mais chances de produzir eleitores orientados por questões de posição.

A personalização da escolha dos dirigentes, embora uma tendência de escopo global³, encontraria no sistema de lista aberta, adotado no Brasil, outro impulso considerável (Tavares 1994; Samuels 1997; Ames 2003; Nicolau 2006)⁴. Entre as principais conseqüências desse ordenamento incluem-se a fragilização das identidades dos cidadãos com as legendas, a dificuldade de controle das candidaturas pelos partidos e o incitamento da competição intra-partidária.

Singer (1999), mesmo ao defender a incorporação da identificação ideológica à guisa de variável preditiva do voto, usa instrumental semelhante quando

³ Para Manin (1997), os sistemas representativos sofreram profundas alterações em virtude da consolidação dos meios de comunicação de massa. Segundo o autor, a comunicação direta - sem a necessidade de intermediação dos partidos políticos - possibilitada pelos avanços

tecnológicos contribuiu para fomentar uma relação mais personalista entre representantes e representados.

⁴ Nesse tipo de regulação, compete aos eleitores a escolha das possíveis lideranças que irão ocupar as cadeiras conquistadas pelas legendas ou coligações. A disposição dos candidatos é fixada numa lista não ordenada pelas agremiações, para que o votante possa indicar suas preferências.

pontua o conhecimento abstrato, porém desestruturado dos conceitos “esquerda” e “direita”, revelando um emprego intuitivo dessas categorias, caracterizadas tal qual um sentimento ideológico que “[...] permite ao eleitor colocar-se na escala em uma posição que está de acordo com suas inclinações, embora não saiba verbalizar. E a mesma intuição o conduz a situar os candidatos (e os partidos) nessa escala e a votar corretamente” (Singer 1999, p.149).

Em outras versões, por seu turno, a estruturação do sistema de crenças é afetada pelos níveis de sofisticação política dos cidadãos (Batista 2013). Ou seja, o entendimento que os indivíduos têm a respeito dos objetos e dos fatos do mundo da política auxilia a organização das ideias e atitudes, conectadas por “alguma forma de estruturação ou interdependência funcional” (Batista 2013, p.302). Fora isso, os mais sofisticados têm opiniões mais estáveis, adquirem mais informações e tendem a expressar de maneira contumaz suas predileções.

Com efeito, a avaliação positiva da estruturação das crenças políticas não consta nos exames da maioria dos analistas, diante de um cenário institucional complexo, combinado a uma realidade social incompatível, em que a maioria dos eleitores careceria de níveis de conhecimento e de condições materiais para exercer a cidadania. Os estudos atinentes a esse campo desenvolveram-se, portanto, sob o pano de fundo de certa incapacidade cognitiva dos eleitores em ajustar suas predileções aos programas políticos oferecidos pelos candidatos. Vale, então, elencar brevemente alguns dos principais determinantes utilizados para a compreensão do sufrágio no país.

III. Personalismo, identidades partidárias e o julgamento da economia

Fora o personalismo, outros condicionantes ocupam lugar central nas inferências: a identificação partidária e a avaliação da economia, já que ambos seriam diretrizes mais simples e diretas, e se acomodariam a um cenário de eleitores menos sofisticados (Mendes & Venturi 1994; Soares & Terron 2008; Peixoto & Rennó 2011). O raciocínio por trás dessa lógica é claro: as pessoas votam para punir ou recompensar os governantes em diferentes matizes – nas concepções egotrópica ou sociotrópica⁵, no arranjo temporal retrospectivo, momentâneo ou prospectivo e no cruzamento dessas dinâmicas⁶. Por óbvio, se a economia vai bem, o incumbente recebe maior apoio; se vai mal, a oposição se beneficia (Key 1966).

Modelos recente têm focado ainda em políticas distributivas – sobretudo o Programa Bolsa Família (PBF)⁷ – para compreender o modo como estas impactam a competição eleitoral (Hunter & Power 2007; Licio, Rennó & Castro 2009; Amaral & Ribeiro 2015). O tom, mais ou menos consensual, revela a ressonância efetiva na lógica da disputa entre PT e PSDB, vocalizando a inversão das bases das duas legendas nos interstícios do pleito de 2006, em grande parte devido ao PBF (Singer 2009)⁸. Os efeitos de iniciativas afinadas com a redução da pobreza, orquestradas sob a égide dos governos Lula (2003-2010), produziram, ainda, resultados na autopercepção da situação de classe dos segmentos mais carentes da população. Como corolário, a ascensão social passou a fulgurar enquanto preditor das disposições políticas (Peixoto & Rennó 2011). Também na esteira das questões de valência – temas consensuais, cujo mote se revolve de concordância pelos contendores do jogo político – e da análise do desempenho dos governantes, Rennó e Cabello (2010) e Rennó e Ames (2014) ressaltam o peso da corrupção como um prisma das sanções aos representantes. Para os autores, o envolvimento em escândalos de corrupção prejudicou as intenções de Lula (PT), em 2006, e Dilma (PT), em 2010.

A importância dos partidos figura no *hall* dos preditores usualmente examinados, embora conte com as devidas discordâncias. De um lado, os que enfa-

⁵ Segundo Lewis-Beck e Stegmaier (2000), os cidadãos que analisam as condições gerais da economia nacional, a fim de escolher seus candidatos, são eleitores sociotrópicos. Ao contrário, os que levam em consideração somente sua própria circunstância financeira são denominados eleitores egotrópicos.

⁶ Para uma discussão pormenorizada dos tipos de voto econômico, ver Lewis-Beck (1985).

⁷ O Bolsa Família é o principal programa de transferência de renda do Governo Federal. A iniciativa unificou outros programas de distribuição de renda condicionados, como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação. Atualmente, o PBF atende cerca de 14 milhões de famílias, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS 2016).

⁸ Outro programa relevante usualmente analisado nos estudos de comportamento eleitoral é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma política de transferência de renda para idosos e pessoas não aptas ao trabalho. Sobre o assunto, ver Soares *et al.* (2006).

tizam o protagonismo monológico do PT (Carreirão & Barbetta 2004), espécie de condutor fundamental da simpatia e da rejeição nas escolhas eleitorais; de outro, estudos mais otimistas destacam a estabilização dialógica entre PT e PSDB para ressaltar a força da variável nos resultados das urnas (Limongi & Cortez 2010; Braga & Pimentel 2011; Samuels & Zucco 2014). Samuels (2004), no entanto, realça que os contornos da simpatia com as legendas não precisam necessariamente se revestir de tons programáticos, mas podem refletir algum tipo de vinculação afetiva de natureza personalista, como é supostamente o caso dos petistas com Lula, retomando assim os padrões tradicionais da política brasileira.

Na linhagem sociológica das explicações do sufrágio, a religião – especialmente a evangélica – vem se tornando o carro-chefe das análises em períodos recentes (Oro 2003; Bohn 2004; Rodrigues & Fuks 2015). O bloco protestante, com atuação modesta até os anos 1980, chama a atenção desde os debates da Assembleia Constituinte de 1986. Os sucessivos êxitos eleitorais de candidatos ligados a esses segmentos religiosos despertam progressivamente a curiosidade dos estudiosos⁹.

IV. Os diagnósticos alternativos

⁹ Se a destreza programática dos cidadãos brasileiros não vingou na literatura especializada, o mesmo pode ser dito da potência das emoções na escolha do voto. Os poucos trabalhos empíricos existentes enfatizam o vínculo das emoções e da razão no processo cognitivo (Lavareda 2009; Junior e Pires 2010).

Se a vasta maioria dos estudos corrobora a tese de que o comportamento dos eleitores no Brasil se reduz à avaliação do desempenho de incumbentes ou à apreciação de apelos personalistas ou partidários, os poucos trabalhos produzidos com a tentativa de encontrar vínculos programáticos entre as diretrizes econômicas e sociais dos representantes e as preferências dos representados se depararam com achados um tanto excêntricos: existe, de fato, congruência entre as preferências das partes.

Surpreende, nessas investigações, a evidência de um tipo de cidadão que orienta suas condutas políticas em virtude de posicionamentos objetivos reais acerca de temas específicos. De outro modo, detectou-se a presença de uma espécie rara em ambiente pouco propício à sua reprodução: o eleitor guiado por questões de posição em um país marcado por indicadores sociais desfavoráveis e um sistema político-eleitoral pautado pelo multipartidarismo e pelo sistema de lista aberta.

Assim sendo, poucos estudos examinaram direta ou indiretamente o impacto dos *issues* nos resultados eleitorais. Conquanto não fosse o cerne de suas intenções, Rennó e Ames (2011) testaram a importância da aprovação do aborto na direção do voto em 2010 e concluíram que a pauta trouxe prejuízos para Dilma Rousseff, especialmente no segmento evangélico, servindo para “acentuar as clivagens religiosas e mostrar a força que temas ligados à religião podem ter em eleições” (Rennó & Ames 2011, p.212). Baker e Greene (2011), explorando a guinada à esquerda na América Latina, apontaram como causa central do sucesso das legendas progressistas no continente o declínio do entusiasmo dos latino-americanos com as reformas de mercado. A combinação de atitudes ambíguas em relação à condução da economia, com suporte ao livre mercado e oposição às privatizações, autorizava, enfim, partidos de oposição ao modelo hegemônico a modificar de maneira ponderada o projeto edificado durante os tempos do chamado Consenso de Washington.

Nesse quesito, Bello (2016) foi mais a fundo e investigou o “voto correto”, concebido por Lau e Redlawsk (2006), no Brasil. O autor – considerando proposições atinentes à reforma agrária, gastos sociais, ideologia e privatizações – concluiu que o ato de escolher os representantes que melhor defenderam as predileções da população ocorreu em níveis significativos no país, no pleito de 2002. Em sua versão, os brasileiros aprenderam a “votar correta-

mente” graças a um fator informal, o contexto social imediato, mediante conversas interpessoais.

As pesquisas elencadas até aqui se estruturam com base em itens individuais. Uma virada metodológica, todavia, permite uma averiguação mais robusta do fenômeno. Trata-se da construção de índices compostos com o objetivo de verificar as preferências políticas, modelo sugerido por Achen (1975) e posto à prova por Ansolabehere, Rodden & Snyder (2008). Nesses índices, criados a partir da variação compartilhada de diversos preditores, capta-se a dimensão latente das opiniões a respeito de uma pauta específica. Com efeito, Baker e Greene (2015), observaram a influência dos *issues* fatorializados na direção do voto nos países antes observados. E o desfecho foi semelhante: em pelo menos 14 nações do continente, ao longo dos últimos 15 anos, tivemos o *positional issue voting* em níveis estatisticamente significativos nos enunciados ligados à economia.

Nos estudos elencados, contudo, é preciso lidar com duas limitações: 1) o exame de apenas alguns poucos itens; (2) a inspeção restrita a um modesto número de eleições. No primeiro ponto, oculta-se a possibilidade de identificação de outros temas de relevo para o comportamento eleitoral; no segundo, encobre-se o fator contextual dos pleitos, negligenciando a perspectiva de cenários eleitorais diferentes, com maior ou menor polarização ideológica.

Aliada à proposição metodológica, a tese de que os cidadãos organizam suas crenças políticas de maneira *multidimensional* fornece o aporte teórico para uma revisão dos condicionantes do voto no país (Conover & Feldman 1981; Silva 2016). Em vez do desarranjo das convicções políticas, aposta-se em uma configuração cognitiva em que os eleitores possam combinar preceitos em eixos independentes. Como um produto crítico da multidimensionalidade, a relevância de algumas crenças varia entre os indivíduos, criando quadros de referência dessemelhantes pelos quais o jogo eleitoral é compreendido.

As pesquisas que lidam com a teoria da multidimensionalidade geralmente enfatizam a separação das disposições econômicas e morais conferidas pelos eleitores (Conover & Feldman 1981; Treier & Hillygus 2009; Baldassari & Golberg 2014; Carmines 2015). Entretanto, Silva (2016), influenciado pelas obras de Singer (2000) e Ames e Smith (2010), nota que pelo menos um terceiro fator pode ser incluído no arcabouço da estruturação cognitiva dos brasileiros: a tolerância com a desordem social. Nesse sentido, cabe enfatizar, o traço se sustenta em virtude do intenso envolvimento dos movimentos sociais na democratização e na ampliação do cânone democrático vigente no país, mediante a participação de ativistas em arenas de formulação e implementação de políticas públicas – casos do Orçamento Participativo e das experiências dos Conselhos Gestores (Singer 1999; Abers & Büllow 2011)¹⁰. Ademais, Silva (2016) mostrou que a estruturação multidimensional não muda conforme o grau de sofisticação dos indivíduos. O trabalho citado, no entanto, não considerou a possibilidade de um peso diferenciado em relação às questões de posição, atribuído por eleitores com graus distintos de informação.

Diante do quadro teórico exposto, testam-se duas hipóteses centrais: a) a suposta irrelevância das questões de posição no comportamento eleitoral dos cidadãos; (b) a tendência de que o nível de sofisticação política dos eleitores configure uma alteração no mérito das dimensões consideradas na definição do voto.

¹⁰ Na mesma direção, e inspirando a ideia retratada, Singer (1999) destaca que o “reforço da autoridade do Estado para promover mudanças igualitárias, de modo que elas ocorram sem o prejuízo da ordem é o principal fator associado ao posicionamento ideológico no Brasil”.

V. Dados e metodologia

Para dar conta do intento, utilizo diversas bases para mapear os pleitos presidenciais ao longo dos anos. Assim, privilegio dois aspectos como critério

de escolha do material empírico: a) o uso de pesquisas em anos eleitorais; (b) a opção por bancos de dados com o maior número de questões de posição e de variáveis consideradas relevantes pela literatura especializada. De antemão, cabe ressaltar que nem sempre os parâmetros foram cumpridos, em virtude da indisponibilidade de dados adequados para a presente investigação. O registro mais grave é a ausência de bons indicadores nos pleitos de 1994 e 1998, no período das disputas entre Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula (PT).

O uso do Datafolha/Cultura Política de 1993 para fazer inferências sobre o pleito de 1989 pode ser considerado outro “desvio”. O maior revés dessa escolha está na distância temporal da coleta de dados, que torna a declaração do voto mais imprecisa. No entanto, a consulta do resultado do embate entre Collor (PRN) e o candidato petista no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não expõe grandes diferenças nas intenções de voto na base designada¹¹. Por outro lado, o estudo figura como mais apropriado para captar os desígnios ideológicos dos cidadãos, quando cotejados a pesquisas alternativas – sobretudo do Datafolha/Cultura Política de 1989 -, devido ao número superior de questões de posição concernentes ao primeiro.

¹¹ Segundo consulta ao sítio do TSE, Collor conquistou 53% dos votos, enquanto Lula galvanizou 46%. Enquanto isso, na base do Datafolha/Cultura Política de 1993, 56% dos eleitores disseram ter votado em Collor e 43% em Lula nas eleições de 1989.

De resto, as pesquisas apreciadas foram o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002 e de 2014, e o Barômetro das Américas (LAPOP), versões 2006 e 2010. Assim, contemplo 70% do total de eleições da República fundada em 1988. Cabe informar que os itens não se repetem com a mesma configuração nos anos subsequentes, o que dificulta um pouco as medidas de comparabilidade.

As variáveis dependentes possuem uma configuração binária, simulando a decisão do segundo turno. Na configuração *dummy*, excluí os casos faltantes e as abstenções. Os candidatos petistas foram assinalados como categorias omitidas.

Quanto às questões de posição, segui a dimensionalidade proposta por Silva (2016), fundamentada em três âmbitos independentes – exceto no ESEB de 2014, em que o questionário permite o agrupamento somente da dimensão econômica. Os itens elencados¹² foram fatorializados e os parâmetros estimados via mínimos quadrados ponderados com erros-padrão robustos. Adotou-se as funções ordenadas e *probit* nos modelos de análise fatorial, tendo em vista que a maioria dos itens é categórica. Nos modelos multidimensionais, optei por um ajuste que autoriza a correlação entre as dimensões (rotação *oblimum*), em vez de um arquétipo ortogonal. Os fatores latentes possuem escala variância de 1 e os valores mais elevados indicam orientações conservadoras nas respectivas dimensões. Na esfera econômica, “ser conservador” significa apoiar mecanismos pró-mercado; na social, dar suporte a posições contrárias às liberdades comportamentais; e, quanto à ordem, endossar um discurso de oposição às manifestações populares. A Tabela 1 oferece um panorama dos itens selecionados nas diversas bases.

¹² A configuração completa dos itens aparece no Apêndice.

Também fazem parte das equações as variáveis relativas aos determinantes contemplados nas seções anteriores: avaliações do desempenho econômico e do governo, identificação partidária, percepções acerca da economia, consciência subjetiva de ascensão social, opinião acerca das características pessoais dos candidatos, denominação religiosa, sofisticação e demais controles socioeconômicos. A Tabela 2 fornece um panorama sobre a configuração dos preditores. Os modelos possuem uma abordagem bayesiana com prévias não-informativas para os coeficientes de regressão, com média zero e variância de 1000¹³. Foram calculadas 3 cadeias com 30 mil iterações, sendo que 10 mil delas foram descartadas como *burn-in*.

Tabela 1 - Bases, dimensões e itens selecionados

Bases	Dimensões		
	Econômica	Social	Ordem
Cultura Política 1993	Menos igualdade Impostos contra empresas Maior liberdade empresários Menos serviços públicos	Mulheres trabalhando Homossexualidade Aborto	Contra manifestações Proibir protestos Proibir greves
ESEB 2002	Controle serviços pelo governo Controle de preços Controle dos salários	Mulheres trabalhando Homossexualidade Aborto	Passeatas Greves Comícios
LAPOP 2006	Liberdade empresas Menos serviços públicos Menor intervenção do governo Desigualdade não importa	Homens e política Desemprego das mulheres Homossexualidade	Bloqueio das ruas Manifestações Ocupações
LAPOP 2010	Estado e bem-estar Estado e empregos Estado e aposentadoria Estado e saúde pública	Homossexualidade (I) Homossexualidade (II) Racismo (I) Racismo (II)	Manifestações Invasão de propriedades Participação
ESEB 2014	Responsabilidade do governo Iniciativa privada Igualdade de renda		

Fonte: O autor.

Tabela 2 - Variáveis independentes nos modelos considerados

Variáveis independentes	Escala	Ano
Avaliação de desempenho		
Av. retrospectiva (soc)	Contínua. 1 a 5	CP 1993; LAPOP 2006; LAPOP 2010; ESEB 2014
Av. retrospectiva (ego)	Contínua. 1 a 5	LAPOP 2006; LAPOP 2010
Av. prospectiva (soc)	Contínua. 1 a 5	ESEB 2002; LAPOP 2006; LAPOP 2010; LAPOP 2014
Av. prospectiva (ego)	Contínua. 1 a 5	ESEB 2002; LAPOP 2010
Av. governo	Contínua. 1 a 5	ESEB 2002; LAPOP 2006; LAPOP 2010; LAPOP 2014
Av. economia (soc)	Contínua. 1 a 5	LAPOP 2006; LAPOP 2010
Av. economia (ego)	Contínua. 1 a 5	LAPOP 2006; LAPOP 2010
Ascensão de classe	Binária.	ESEB 2014
Avaliação candidato	Simpatia Lula, Aécio, Dilma, Serra	CP 1993; ESEB 2002; LAPOP 2010; ESEB 2014
Identificação Partidária	Categórica. PT, PMDB, PSDB, Outros, Nenhum. PFL e PDS (1993)	CP 1993; ESEB 2002; LAPOP 2006; LAPOP 2010; ESEB 2014
Beneficiário PBF	Binária.	LAPOP 2006; LAPOP 2010; LAPOP 2014
Sociodemográficas		
Sofisticação	Contínua. Variável aditiva.	CP 1993; ESEB 2002; LAPOP 2006; LAPOP 2010; ESEB 2014
Renda	Contínua. Transformação logarítmica.	CP 1993; ESEB 2002; LAPOP 2006; LAPOP 2010; ESEB 2014
Sexo	Binária. 1- mulher; 0 - homem.	CP 1993; ESEB 2002; LAPOP 2006; LAPOP 2010; ESEB 2014

Tabela 2 - cont.

Variáveis independentes	Escala	Ano
Cor	Binária. 1 - brancos; 0 - outros.	CP 1993; ESEB 2002; LAPOP 2006; LAPOP 2010; ESEB 2014
Escolaridade	Contínua. 9 faixas.	CP 1993; ESEB 2002; LAPOP 2006; LAPOP 2010; ESEB 2014
Idade	Categórica. 4 faixas.	CP 1993; ESEB 2002; LAPOP 2006; LAPOP 2010; ESEB 2014
Religião	Categórica. 1 - Católicos; 2 - Evangélicos; 0 - Outros.	CP 1993; ESEB 2002; LAPOP 2006; LAPOP 2010; ESEB 2014
Região	Categórica. 1 - NO/Co; 2 - NE; 3 - SE; 0 - Sul	CP 1993; ESEB 2002; LAPOP 2006; LAPOP 2010; ESEB 2014

Fonte: O autor.

Nota: Nas variáveis discretas, o valor “0” indica as categorias omitidas na equação.

¹³ Com o uso de prévias não-informativas, os modelos bayesianos apresentam coeficientes quase idênticos a modelos inferenciais de máxima verossimilhança (Gill 2002). A vantagem de se trabalhar com esse tipo de abordagem é que não precisamos referendar à ideia da replicabilidade das amostras, algo um tanto fictício para pesquisas concernentes às ciências sociais.

A vantagem de se trabalhar com escalas compostas de múltiplas medidas é de conter os impactos dos erros de mensuração presentes nos questionários, tipicamente atinentes a pesquisas fundamentadas em questões individuais (Ansolabehere, Rodden & Snyder 2008). Além disso, reduz-se prováveis problemas de multicolinearidade. Em relação aos trabalhos de Baker e Greene (2015) e Bello (2016), a estratégia aqui adotada apresenta duas desvantagens. Por não tratar os dados conforme estruturas dinâmicas – caso do artigo dos autores americanos – assume-se o risco da endogeneidade. Este artigo também não se preocupa com as causas do desenvolvimento de compreensões estruturadas do universo político entre os eleitores – efeito investigado por Bello (2016). Não obstante, como o objetivo deste artigo é tão somente testar a associação entre as questões de posição e o voto, acredita-se que o desenho de pesquisa indicado satisfaz as proposições anteriormente levantadas.

VI. Resultados

As medidas de ajuste da análise fatorial encontram-se na Tabela 3. Em todos os anos, os postulados multidimensionais aparecem com valores de CFI acima do mínimo aceito (0,90) e de RMSEA abaixo de 0,05, considerado o limite

Tabela 3 - Medidas de ajustes fatorial

Anos	CFI		RMSEA	
	Unidimensional	Multidimensional	Unidimensional	Multidimensional
1993	0,85	0,96	0,08	0,04
		$r_{eco\&soc}/r_{eco\&ordem}/r_{soc\&ordem}$: -0,01/-0,14/0,19		
2002	0,74	0,98	0,12	0,03
		$r_{eco\&soc}/r_{eco\&ordem}/r_{soc\&ordem}$: -0,11/-0,10/0,04		
2006	0,67	0,95	0,09	0,04
		$r_{eco\&soc}/r_{eco\&ordem}/r_{soc\&ordem}$: 0,16/-0,04/0,13		
2010	0,69	0,97	0,17	0,02
		$r_{eco\&soc}/r_{eco\&ordem}/r_{soc\&ordem}$: -0,01/-0,14/0,19		
2014	0,99		0,98	

Nota: CFI = *Comparative Fit Index*; RMSEA = *Root Mean Squared Error*; *r* indica a correlação entre os fatores.

Fonte: O autor.

desejável (Fabrigar *et al.*, 1999; Reise *et al.*, 2000). As baixas taxas de correlação dos fatores ($< 0,02$) reforçam a validade do enquadramento. Os coeficientes padronizados, exibidos no Apêndice, rodam com magnitudes consideráveis nos fatores delimitados (sempre superiores a 0,4), reforçando a estruturação multidimensional dos preceitos políticos.

Seguindo com o exame das questões de posição, na Tabela 4 estão dispostas as distribuições posteriores dos coeficientes das três dimensões, junto com as variáveis de controle e os erros-padrão (em parênteses) dos modelos. Pelo menos uma dimensão se mostrou estatisticamente significativa nas regressões estimadas, contrariando de imediato a tese da “Síndrome do Flamengo”.

Se olharmos os períodos separadamente, em 1993 a dimensão econômica não teve peso na escolha eleitoral, ao passo que o conservadorismo concernente aos costumes sociais e à participação popular está positivamente associado com o sufrágio em Fernando Collor (PRN). Em contraste, as avaliações de desempenho, um dos aspectos preponderantes das conceituações sobre comportamento político, não evidenciam o protagonismo revelado em tempos posteriores. Também pudera: as candidaturas mais expressivas daquele pleito se apresentavam em situação de ruptura com as lideranças incumbentes. Por consequência, nem o postulante do PRN, tampouco Lula, tentariam galvanizar os apoiadores do governo Sarney, fato que transforma a disputa em um embate *sui generis* no contexto dos embates presidenciais no país. A base do Datafolha 1993, no entanto, conta somente com a avaliação egotrópica da economia, o que sugere certa parcimônia na análise dos resultados. Conforme veremos adiante, quando acrescentamos outras ponderações a respeito da economia e do governo, a variável “ordem” não atinge os níveis de significância estipulados. Se, por um lado, a excepcionalidade do achado pode ser consequência de um viés de variável omitida, por outro, a tolerância com a desordem social talvez tenha perdido força em virtude da consolidação democrática no país, alcançada na metade da década de 2010. Além dos *issues*, simpatizantes de Lula, eleitores com maiores níveis de sofisticação e escolaridade e os mais jovens evitaram a candidatura de Collor. As identificações partidárias atestaram importância com os petistas e pedetistas contrários, e pedessistas a favor do postulante do PRN.

Em 2002, apenas a dimensão moral aparece com algum destaque. Neste período, as tradicionais variáveis da Ciência Política retomam o posto de ingredientes principais do caldo eleitoral, destacando-se o personalismo – tendo na afeição aos candidatos Lula e Serra dois determinantes de relevo – a conjectura dos rumos econômicos e o sentimento acerca das legendas. Dentre os componentes sociodemográficos, salienta-se a sofisticação política.

A dimensão econômica finalmente adquire proeminência em 2006, junto com os perduráveis aspectos morais. A competição renovada entre PT e PSDB parece ter ativado as diferenças no gerenciamento dos negócios públicos desde então. Cumpre ressaltar que, logo depois do primeiro mandato Lula, a Ciência Política nacional começou a discutir a possibilidade de um realinhamento no país – evento importante para elucidar a alteração das clivagens eleitorais, definindo um novo ciclo político (Hunter & Power 2007; Bohn 2011; Silva & Rennó 2015).

Conforme Singer (2010), a modificação da base lulista – que passou a ser constituída por cidadãos com baixos níveis de renda e escolaridade, sobretudo das regiões Norte e Nordeste, expressa uma conversão em duplo sentido: de um lado, a aproximação de grupos sociais mais carentes, beneficiados pelas conquistas materiais provenientes dos programas de governo; de outro, o concomitante afastamento dos setores de classe média, por conta da vinculação do PT ao escândalo do “mensalão”, em maio de 2005, e de um “cerco político-midiático ao presidente” (Singer 2010, p.84). Especula-se, portanto, que a reorientação

Tabela 4 - Determinantes do voto no Brasil

	CP 1993	ESEB 2002	LAPOP 2006	LAPOP 2010	ESEB 2014
Questões de posição					
Dimensão econômica	0,28 (0,26)	0,28 (0,29)	0,84 (0,33)	0,16 (0,07)	0,41 (0,19)
Dimensão moral	0,64 (0,24)	0,62 (0,24)	0,10 (0,03)	0,07 (0,06)	
Ordem	0,69 (0,24)	-0,07 (0,28)	-0,10 (0,06)	0,03 (0,05)	
Avaliação do desempenho					
Av. retrospectiva (soc)	-0,04 (0,04)		0,10 (0,07)	0,23 (0,15)	-0,11 (0,05)
Av. retrospectiva (ego)			0,00 (0,06)	0,04 (0,05)	
Av. prospectiva (soc)		0,12 (0,08)	0,03 (0,11)	-0,03 (0,05)	0,03 (0,06)
Av. prospectiva (ego)		-0,05 (0,16)		-0,12 (0,09)	
Av. governo		0,21 (0,04)	0,69 (0,11)	0,37 (0,05)	0,50 (0,04)
Av. economia (soc)			0,10 (0,05)	-0,17 (0,04)	
Av. economia (ego)			0,12 (0,06)	-0,05 (0,04)	
Ascensão classe					-0,05 (0,08)
Avaliação do candidato					
Simpatia Lula	-1,97 (0,12)	-0,50 (0,02)		-0,34 (0,05)	
Simpatia Serra		0,39 (0,03)			
Simpatia Dilma					0,00 (0,00)
Simpatia Aécio					0,00 (0,00)
Identificação partidária					
Outros		0,09 (0,21)	0,63 (0,25)	0,06 (0,22)	
PFL	0,38 (0,29)				
PDS	0,66 (0,28)				
PSDB	-0,14 (0,30)	1,22 (0,32)	1,64 (0,36)	0,85 (0,28)	1,49 (0,09)
PMDB	0,23 (0,15)	0,08 (0,26)	0,16 (0,20)		
PT	-1,42 (0,21)	-1,74 (0,29)	-1,28 (0,43)	-0,54 (0,13)	-0,89 (0,10)
PDT	-0,69 (0,28)				
Beneficiário PBF			-0,16 (0,05)	-0,11 (0,09)	0,15 (0,12)
Sociodemográficas					
Sofisticação	-0,05 (0,03)	0,82 (0,27)	0,22 (0,09)	0,05 (0,04)	0,12 (0,04)
Renda	-0,21 (0,29)	0,14 (0,17)	0,10 (0,05)	0,01 (0,02)	0,06 (0,03)
Sexo (mulher)	-0,25 (0,12)	0,07 (0,08)	0,14 (0,12)	-0,01 (0,07)	-0,16 (0,07)
Cor (branco)	-0,03 (0,13)	0,04 (0,08)	0,25 (0,21)	0,51 (0,10)	0,15 (0,11)
Escolaridade	-0,84 (0,30)	-0,11 (0,23)	0,05 (0,02)	0,00 (0,01)	0,01 (0,02)
Idade (29-44)	0,09 (0,14)	-0,19 (0,19)	0,28 (0,23)	0,12 (0,11)	0,54 (0,19)
Idade (45-64)	-0,14 (0,17)	0,11 (0,21)	0,71 (0,31)	-0,01 (0,12)	0,05 (0,19)
Idade (65 +)	1,02 (0,35)	-0,05 (0,28)	0,28 (0,38)	0,00 (0,09)	0,32 (0,28)
Católicos	0,42 (0,20)	0,22 (0,23)	-0,03 (0,26)	-0,08 (0,09)	0,08 (0,19)
Evangélicos	0,77 (0,28)	0,40 (0,28)	0,12 (0,33)	-0,23 (0,12)	-0,11 (0,21)
Região Norte/Centro-Oeste	0,65 (0,23)	0,17 (0,02)	-0,56 (0,21)	0,07 (0,12)	0,09 (0,12)
Região Nordeste	0,21 (0,20)	-0,24 (0,25)	-0,77 (0,31)	-0,26 (0,13)	-0,47 (0,14)
Região Sudeste	0,26 (0,18)	-0,15 (0,21)	-0,38 (0,19)	0,06 (0,12)	-0,21 (0,23)
N	1868	1931	888	1335	2100

Fonte: O autor.

Nota: Erros-padrão robustos entre parênteses.

econômica promovida pelo PT, baseada na concessão de crédito aos trabalhadores mais pobres, no controle de preços da cesta básica, no aumento real do salário mínimo e no PBF, foi notada pelos eleitores e começou a ser um determinante considerável dos pleitos presidenciais. Afinal, a partir de então os cidadãos tiveram a oportunidade de comparar dois projetos federais distintos.

Se antes de 2006 a variável econômica não tinha relevância, depois deste momento ela figura como um preditor estatisticamente significativa, tanto em 2010 quanto na acirrada disputa de 2014¹⁴. Por seu turno, a ampliação do cânone democrático deixou de entrar no cômputo geral dos votantes. O sentido “assembleísta” da organização horizontal e de radicalização do PT cedeu lugar a um “reformismo fraco”, pautado pelos processos de burocratização do partido¹⁵. Em 2006, 2010 e 2014, a identificação partidária e o desempenho da economia compõem o conjunto das variáveis de relevo. Entre os fatores socio-demográficos, idade – com os mais velhos afiançando a campanha das candidaturas conservadoras – cor, região, escolaridade e sofisticação exibem algum impacto.

Portanto, os achados contrariam a primeira hipótese deste artigo, de que os brasileiros dispensam as questões de posição para escolher seus candidatos favoritos. Para melhor visualizar a magnitude dos efeitos dos *issues*, calculou-se as probabilidades de voto nos presidenciáveis de partidos à direita, segundo posicionamentos reacionários nas dimensões consideradas. A Figura 1 exibe as diferenças entre os eleitores de preferências progressistas e os de preferências conservadoras nos tópicos em questão, bem como os respectivos intervalos de credibilidade (em 95%)¹⁶. Mantidas todas as demais variáveis constantes, e levando em conta somente os extremos, nota-se que a chance de um indivíduo destinar seu voto a candidatos à direita do espectro político aumenta 14%, em média, quando o mesmo sustenta predileções conservadoras nas dimensões destacadas. À guisa de exemplo, a probabilidade de uma eleitora apoiar Alckmin em 2006 subia em torno de 2% de acordo como seu nível de posicionamento pró-mercado.

A segunda hipótese faz referência a uma possível dessemelhança entre as dimensões examinadas de acordo com o nível de sofisticação política dos eleitores. Para testar esse raciocínio, estimou-se as mesmas regressões expostas anteriormente, mas separando os ditos sofisticados daqueles com menor índice de sofisticação. Dividiu-se ambos os segmentos a partir das sugestões expressas por Luskin (1990), segundo o qual a variável deve ser mensurada mediante o grau de conhecimento político de um cidadão. Assim, os respondentes que concederam resoluções corretas às questões arguidas receberam um ponto, enquanto os demais, zero. Nas bases trabalhadas sempre se dispôs de mais de um item para diagnosticar as ocorrências e, desse modo, separou-se os dois grupamentos a partir do 3º quartil das distribuições.

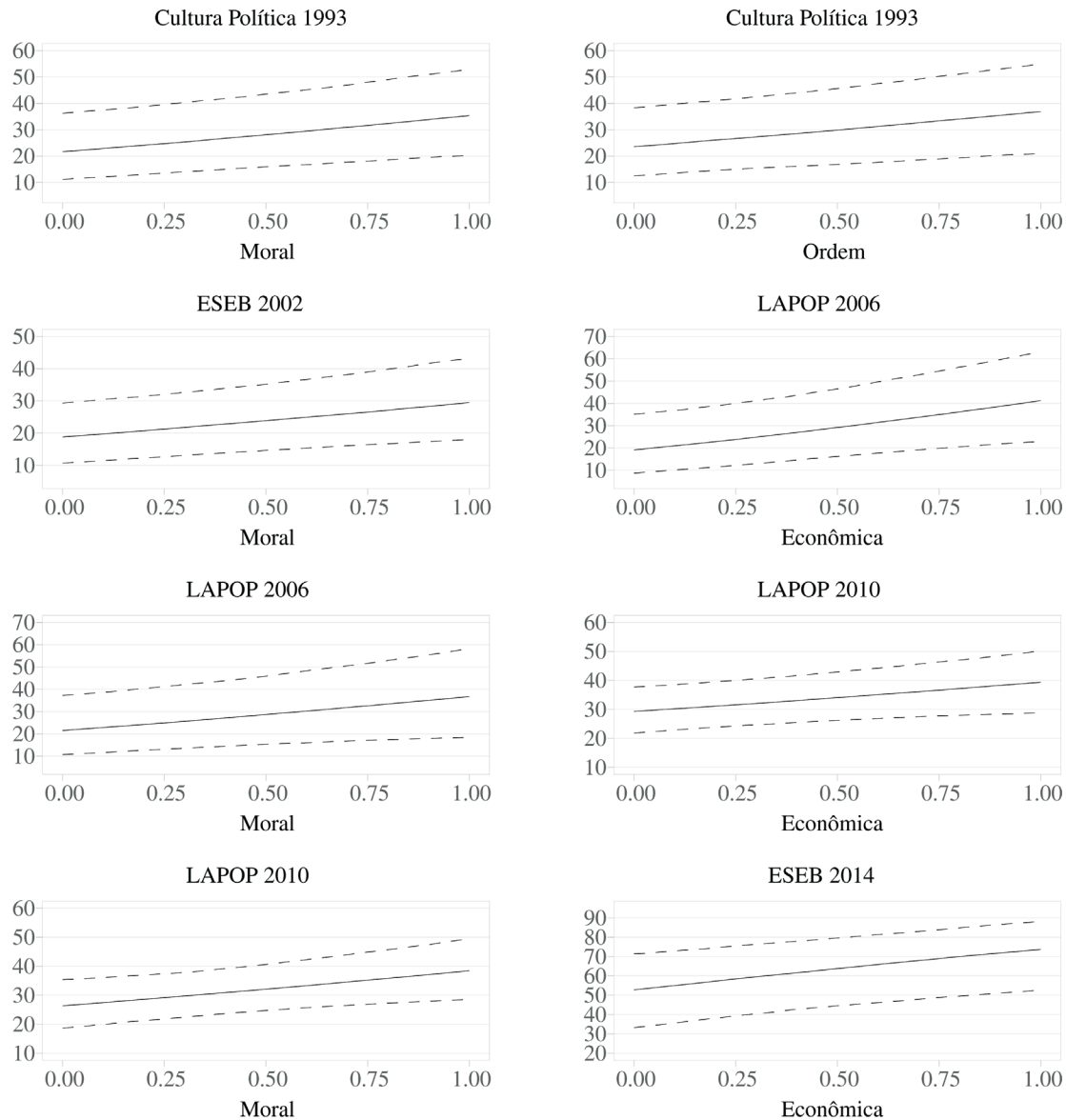
Os efeitos preditos das regressões constam na Figura 2. Nela, aparecem as diferentes dimensões, organizadas por ano, ponderadas de acordo com a sofisticação dos entrevistados. *Grosso modo*, verifica-se a disparidade observada entre as duas categorias. Controlando os demais fatores, os mais sofisticados normalmente privilegiam a dimensão econômica como bússola para a orientação do voto para presidente, ao passo que os menos sofisticados se ancoram em conceituações morais e, excepcionalmente em 1993, relativas à ordem. O único ano em que os grupos observados coincidem na influência dos *issues* destacados é na eleição de 2010, embora a magnitude do efeito seja um tanto díspar entre os dois perfis.

Em suma, embora as questões de posição figurem como atributos importantes do voto, estas não são abalizadas igualmente pelos eleitores. O achado se soma aos apontamentos feitos anteriormente por Batista (2013): além de ter

¹⁴ Em 2014 tivemos a disputa presidencial mais acirrada desde a fundação da Nova República, em 1988. A presidente Dilma Rousseff (PT) superou seu principal adversário, o senador Aécio Neves (PSDB), por pequena margem de votos (1,64%).
¹⁵ Sobre a transformação paulatina do PT, ver Singer (2010).

¹⁶ A interpretação dos intervalos de credibilidade guarda bastante semelhança com os intervalos de confiança. A diferença fundamental é que os intervalos bayesianos são computados sem fazer referência a uma hipotética distribuição amostral (Gill 2002).

Figura 1 - Efeitos marginais das questões de posição



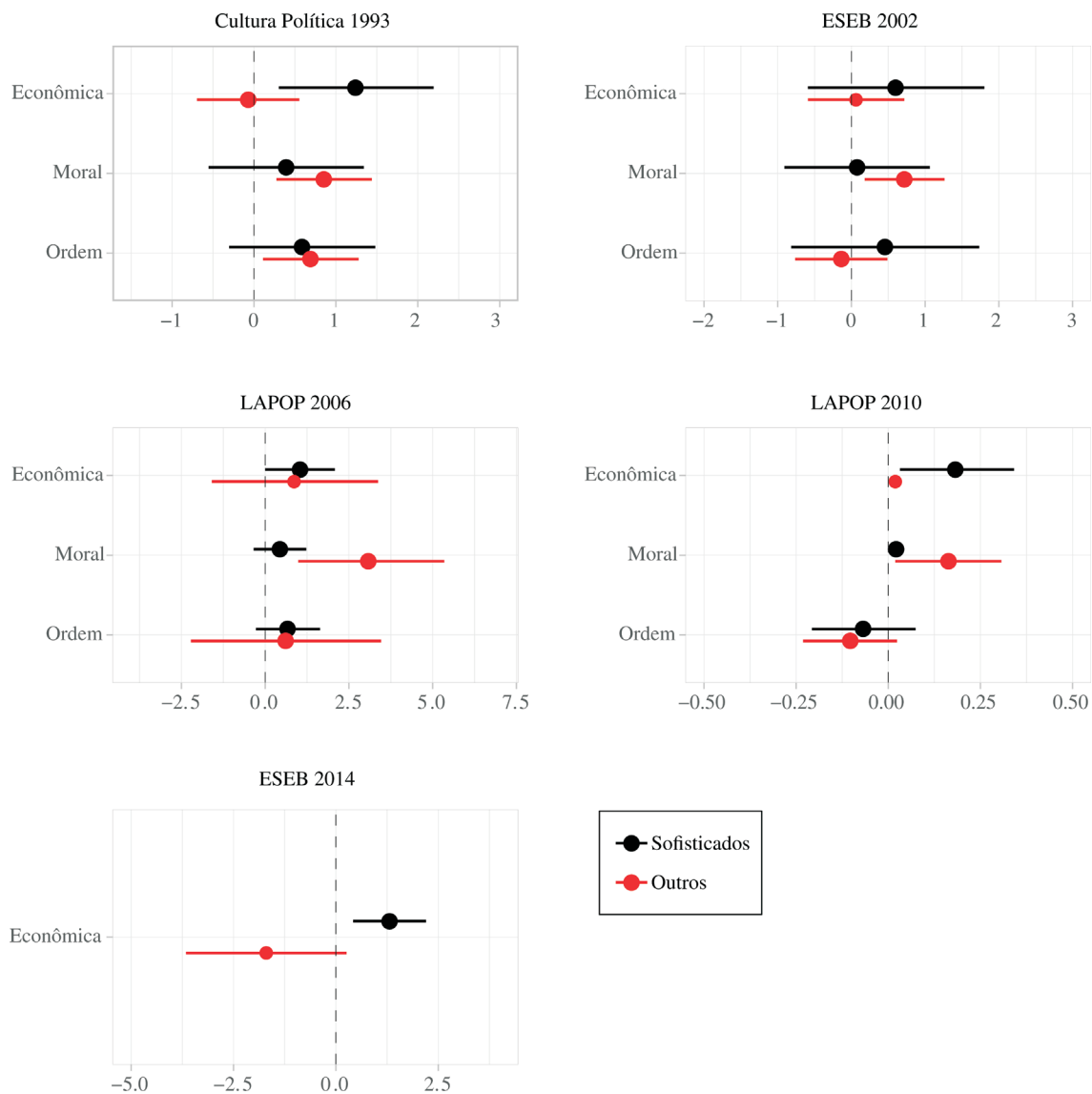
Fonte: O autor.

predileções políticas mais estáveis, adquirir mais informações e expressar mais opiniões, os sofisticados enquadram os fatos políticos de acordo com perspectivas distintas. A discordância com os exames de Batista, no entanto, é pontual. Com os dados observados, chegou-se à conclusão de que o suposto da organização multidimensional dos preceitos políticos não se altera de acordo com o nível de sofisticação dos indivíduos. No entanto, vale dizer, o intuito de Batista (2013) foi aferir o arranjo das crenças em torno de uma única dimensão – no caso, a econômica – que se mostrou mais cara, de fato, àqueles com maior grau de instrução.

VII. Conclusões

Em quase três décadas de estudo sobre os condicionantes do voto no país, os diagnósticos predominantes enfatizam um cenário particular: o caráter volátil e pouco estruturado das crenças políticas, pautado por compreensões intuitivas

Figura 2 - Efeitos das questões de posição, segundo a sofisticação política



Fonte: O autor.

dos fundamentos do jogo institucional. Diante desse quadro, as análises mais otimistas ressaltam a suposta independência de um eleitor não afeito à influência programática dos partidos e do sistema convencional de posicionamento no espectro esquerda-direita – horizonte propício, portanto, para uma avaliação aprimorada da atuação dos governantes e, quando muito, na identificação partidária afetiva dos eleitores com os partidos.

Fica a impressão, no entanto, que os postulados confeccionados nesse período reforçaram elaborações desenvolvidas *a priori*, ou seja, sem comprovações empíricas substantivas. A convicção de um conjunto de eleitores que padece de uma enfermidade, a “Síndrome do Flamengo”, sedimentou os alicerces de uma literatura que avançou muito, mas permaneceu pouco atenta às convicções políticas dos eleitores. A proposta, portanto, é de inclusão – tanto nos trabalhos acadêmicos, quanto nas pesquisas de opinião – das formulações políticas atinentes às questões coletivas.

Ao longo do artigo foi demonstrado que os eleitores no Brasil utilizam referenciais posicionais para escolher seus governantes. Aqui, cumpre informar a inclusão dos tradicionais preditores do voto em todos os modelos apresentados, fato que reforça os achados. O aspecto, entretanto, não é uma novidade construída com o passar dos anos, mas um elemento resiliente da política nacional desde a abertura do regime, no final dos anos 1980. Fora isso, este estudo realça as dimensões ponderadas de acordo com o grau de sofisticação dos cidadãos: para os mais sofisticados, os postulados ligados à economia ocupam lugar central nas escolhas presidenciais, enquanto a dimensão moral recebe maior atenção do restante do eleitorado.

O diagnóstico alternativo, no entanto, não invalida asserções pautadas nas insuficiências do sistema democrático brasileiro, mas convida a uma reflexão acerca da normatividade ostentada pelos especialistas, que continuam construindo uma narrativa pejorativa a respeito das potencialidades do público. Em vez dos atestados de inépcia, mais significativos seriam os esforços voltados para a compreensão das considerações e dos comportamentos dos comuns.

¹Thiago Moreira da Silva (moreiradasilvathiago@gmail.com) é Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Política da Universidade de Brasília (IPOL-UnB) e Pós-Doutorando no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Vínculo Institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, IESP-UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Referências

- Abers, R. & Büllow, M., 2011. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade. *Sociologias*, 13(28), pp.52-84. DOI: 10.1590/s1517-45222011000300004
- Achen, C., 1975. Mass Political Attitudes and the Survey Response. *American Political Science Review*, 69(4), pp.1218-1223. DOI: 10.2307/1955282
- Ames, B., 2013. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Ames, B. & Smith, E., 2010. Knowing Left from Right: Ideological Identification in Brazil 2002-2006. *Journal of Politics in Latin America*, 2(3), pp.3-38. DOI: 10.1177/1866802x1000200301
- Ansolahehere, S.; Rodden, J. & SNYDER, J., 2008. The Strength of Issues: Using multiple measures to gauge preference stability, ideological constraint, and issue voting. *American Political Science Review*, 102(2), pp.215-232. DOI: 10.1017/s0003055408080210
- Amaral, O. & Ribeiro, P.F., 2015. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do estudo eleitoral brasileiro de 2014. *Revista de Sociologia e Política*, 23(56), pp.107-123. DOI: 10.1590/1678-987315235605
- Baker, A. & Greene, K., 2011. The Latin American Lefts Mandate: Free-market policies and issue voting in new democracies. *World Politics*, 63(1), pp.43-77. DOI: 10.1017/s0043887110000286
- Baker, A. & Greene, K., 2015. Positional Issue Voting in Latin America. In R. Carlin; M. Singer & E. Zechmeister, eds. *The Latin American Voter: Pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Baquero, M., 1994. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América latina: Estado e partidos políticos. In _____, ed. *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Batista, F., 2013. Sofisticação política e opinião pública no Brasil: revisitando hipóteses clássicas. *Opinião Pública*, 19(2), pp.291-319. DOI: 10.1590/s0104-62762013000200003
- Braga, M.S. & Pimentel, J., 2011. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, 17(2), pp.271-303. DOI: 10.1590/s0104-62762011000200001
- Bello, A., 2016. A lógica social do voto correto no Brasil. *Opinião Pública*, 22(2), pp.466-491. DOI: 10.1590/1807-01912016222466
- Bohn, S., 2004. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, 10(2), pp.288-338. DOI: 10.1590/s0104-62762004000200006
- Bonifácio, R.; Caselecchi, G. & Freitas, V., 2014. Ideologia e voto nas eleições presidenciais brasileiras. In R. Bonifácio; G. Caselecchi & C. Deus, eds. *O voto para presidente no Brasil: condicionantes e fatores explicativos (1989-2010)*. Curitiba: Editora Íthala.
- Carmine, e.g. & D'Amico, N., 2015. The New Look in Political Ideology Research. *Annual Review of Political Science*, 18, pp.205-216. DOI: 10.1146/annurev-polisci-060314-115422
- Carreirão, Y., 2002. Identificação ideológica e voto para presidente. *Opinião Pública*, 8(1), pp.54-79. DOI: 10.1590/s0104-62762002000100004

- Carreirão, Y. & Barbeta, P., 2004. A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da grande São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(56), pp.75-93. DOI: 10.1590/s0102-69092004000300006
- Castro, M., 1994. *Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Conover, P. & Feldman, S., 1981. The Origins and Meaning of Liberal/Conservative Self-Identifications. *American Journal of Political Science*, 25(4), pp.617-645. DOI: 10.1007/s11109-010-9145-6
- Converse, P., 1964. *The Nature of Belief Systems in Mass Publics*. London: Free Press of Glencoe.
- Fabrigar, L.R.; Wegener, D.T.; MacCallum, R.C. & Strahan, E.J., 1999. Evaluating the Use of Exploratory Factor Analysis in Psychological Research. *Psychological Methods*, 4(3), pp.272-299. DOI: 10.1037//1082-989x.4.3.272
- Feldman, S. & Johnston, C., 2014. Understanding the Determinants of Political Ideology: Implications of Structural Complexity. *Political Psychology*, 35(3), pp.337-358. DOI: 10.1111/pops.12055
- Gill, J., 2002. *Bayesian Methods: A social and behavioral sciences approach*. London: Chapman & Hall/CRC.
- Hunter, W. & Power, T., 2007. Rewarding Lula: Executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. *Latin American Politics and Society*, 49(1), pp.1-30. DOI: 10.1111/j.1548-2456.2007.tb00372.x
- Junior, P. & Pires, J.T., 2010. Razão e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, 16(2), pp.516-541. DOI: 10.11606/d.8.2007.tde-07022008-111606
- Key, V.O., 1966. *The Responsible Electorate*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press.
- Kitschelt, H., 2000. Linkages between Citizens and Politicians in Democratic Polities. *Comparative Political Studies*, 33(6-7), pp.845-879. DOI: 0.1177/001041400003300607
- Lavareda, A., 2009. *Emoções ocultas e estratégias eleitorais*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Lewis-Beck, M.S., & Stegmaier, M., 2000. Economic Determinants of Electoral Outcomes. *Annual Review of Political Science*, 3(1), pp.183-219. DOI: 10.1007/bf00987075
- Licio, E.; Rennó, L. & Castro, H., 2009. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinião Pública*, 15(1), pp.31-54. DOI: 10.1590/s0104-62762009000100002
- Limongi, F. & Cortez, R., 2010. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos Estudos*, 88, pp.21-37. DOI: 10.1590/s0101-33002010000300002
- Luskin, R.C., 1987. Measuring Political Sophistication. *American Journal of Political Science*, 31(4), pp.856-899. DOI: 10.2307/2111227
- Manin, B., 1997. *The Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mendes, A. & Venturi, G., 1994. Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. *Opinião Pública*, 2(2), pp.59-72.
- Nicolau, J., 2006. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *Dados*, 49(4), pp.689-720. DOI: 10.1590/s0011-52582006000400002
- Nicolau, J., 2007. An Analysis of the 2002 Presidential Elections Using Logistic Regression. *Brazilian Political Science Review*, 1(1), pp.125-135.
- Oro, A., 2003. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(53), pp.53-69. DOI: 10.1590/s0102-69092003000300004
- Peixoto, V. & Rennó, L., 2011. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*, 17(2), pp.304-332. DOI: 10.1590/s0104-62762011000200002
- Reis, F.W., 1988. Identidade, política e a teoria da escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3(6), pp.26-38.
- Reise, S.P.; Waller, N.G. & Comrey, A.L., 2000. Factor Analysis and Scale Revision. *Psychological Assessment*, 12(3), 287-297. DOI: 10.1037//1040-3590.12.3.287
- Rennó, L. & Ames, B., 2014. Corrupção nas eleições presidenciais brasileiras: o caso de 2010. In R. Bonifácio; G. Caselecchi & C. Deus, eds. *O voto para presidente no Brasil: condicionantes e fatores explicativos (1989-2010)*. Curitiba: Editora Íthala.
- Rennó, L. & Cabello, A., 2010. As bases do lulismo a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(74), pp.39-60. DOI: 10.1590/s0102-69092010000300003
- Rodrigues, G. & Fuks, M., 2015. Social Groups and Political Preference: The evangelical vote in Brazil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30(87), pp.115-128. DOI: 10.17666/3087115-128/2015
- Samuels, D., 1997. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. *Dados*, 40(3), pp.11-34. DOI: 10.1590/s0011-52581997000300008
- Samuels, D. & Zucco, C., 2014. The Power of Partisanship in Brazil: Evidence from survey experiments. *American Journal of Political Science*, 581, pp.212-225. DOI: 10.1111/ajps.12050
- Silva, T. & Rennó, L., 2015. Perdendo o fio da meada: contradições e ambiguidades na teoria do realinhamento. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*, 77, pp.5-23.
- Silva, T., 2016. Para além de esquerda e direita: a multidimensionalidade das crenças no Brasil contemporâneo. 2016. In *40º Encontro Nacional da ANPOCS*. Caxambu.
- Silveira, F., 1998. *A decisão do voto no Brasil*. Rio Grande do Sul: Edipucrs.
- Singer, A., 1999. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp.
- Singer, A., 2012. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.

- Soares, G. & Terron, S., 2008. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, 14(2), pp.269-301. DOI: 10.1590/s0104-62762008000200001
- Stokes, D., 1963. Spatial Models of Party Competition. *American Political Science Review*, 57(2), pp.368-377. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780190469733.013.10
- Tavares, J., 1994. *Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia*. São Paulo: Relume Dumará.
- Treier, S. & Hillygus, D., 2009. The Nature of Political Ideology in the Contemporary Electorate. *Public Opinion Quarterly*, 73(4), pp.67-89. DOI: 10.1093/poq/nfp067
- Zucco, C. & Power, T., 2013. Bolsa Família and the Shift in Lula’s Electoral Base 2002-2006: A reply to Bohn. *Latin American Research Review*, 48(2), pp.3-24. DOI: 10.1353/lar.2013.0018

Outras fontes

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social, 2016. *Dados*. Disponível em: <https://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados>. Acesso em 27 abr. 2019.

Not even so “Flamengo”: Issues on positioning and vote in Brazil

ABSTRACT Introduction: This article aims to analyze the supposed simplicity of perceptions and images that voters use to base their understandings and behaviors on institutional politics, treated by Fábio Wanderley Reis as the “Flamengo Syndrome”. **Materials and Methods:** The research is based on econometric and psychometric analyzes of survey data collected in the Brazilian presidential elections – in Datafolha, ESEB and Lapop -, from 1989 to 2014. For this, the validity of the reasoning was verified by examining a possible association between political preferences and voting over the years. **Results:** As a result, the unfounded presence of the postulates that give the Brazilian voters a little complex orientation is verified. The relevance of programmatic rather than merely material and symbolic conceptions of citizen behavior proved to be statistically significant in all the years under study. **Discussion:** The conviction of a group of voters suffering from a disease, the “Flamengo Syndrome”, laid the foundations of a literature that remained little attentive to the political convictions of the voters. In this article, I demonstrate that there is a clear correlation between political positions and vote, an aspect that contradicts the claim defended by Reis.

KEYWORDS: Flamengo Syndrome; political behavior; multidimensionality; political sophistication; vote.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited.

Apêndice

Todas as questões utilizadas ao longo do trabalho estão dispostas abaixo.

Cultura Política 1993

Dimensão econômica: “O Brasil estaria bem melhor se nós nos preocupássemos menos com que todo mundo seja igual”. “As leis e os impostos do governo impedem as empresas de ter os lucros que necessitam”. “É preciso dar mais liberdade para as empresas dispensarem os seus empregados”. “O governo deveria oferecer menos serviços públicos, incluindo coisas como saúde e educação, para reduzir os impostos”.

Dimensão moral: “O melhor que uma mulher pode fazer é ocupar-se de sua casa”. “Os homossexuais são pessoas que devem ser aceitos como qualquer outra”. “Deve-se permitir o aborto a toda mulher que queira fazê-lo”.

Ordem: “Agora, eu gostaria de saber o que você acha de certas coisas que, às vezes, o governo faz quando há protestos: Usar a polícia contra manifestações de rua”. “Fazer leis para proibir manifestações de protesto”. “Usar tropas para acabar com greves”. “Proibir greves”.

Avaliação retrospectiva egotrópica: “Comparando com a vida que os seus pais tiveram quando tinham a sua idade, você acha que do ponto de vista financeiro você está: Melhor, igual, pior ou não sabe?”

Identificação partidária: “Agora, eu gostaria de fazer algumas perguntas sobre os partidos políticos brasileiros: Primeiro, poderia me dizer de que partido político você se sente habitualmente mais próximo?”.

Avaliação do candidato: “Agora, gostaria de saber como você vê algumas figuras destacadas da vida do Brasil e do mundo. Você simpatiza ou não simpatiza com Lula?”.

Sofisticação (variável aditiva): “Você poderia me dizer o nome de alguns políticos do país, do seu estado e de sua cidade? Presidente da República”. “Você poderia me dizer o nome de alguns políticos do país, do seu estado e de sua cidade? Governador do Estado”. “Você poderia me dizer o nome de alguns políticos do país, do seu estado e de sua cidade? Um senador do seu estado”. “Você poderia me dizer o nome de alguns políticos do país, do seu estado e de sua cidade? Um deputado do seu estado”. “Você poderia me dizer o nome de alguns políticos do país, do seu estado e de sua cidade? Um presidente de partido político”.

ESEB 2002

Dimensão econômica: “O governo deve controlar o preço de todos os serviços básicos, como por exemplo do transporte”. “O governo deve definir qual o valor dos salários de todos os funcionários de todas as empresas do Brasil”. “O governo deve controlar os preços de todos os produtos vendidos no Brasil”.

Dimensão moral: “Vou ler outras frases e para cada frase eu gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito. Um programa de televisão que defende o casamento de homem com homem e mulher com mulher deve ser proibido”. “Na sua opinião: Os homens devem dividir com as mulheres o trabalho de cuidar da casa e dos filhos ou essa é uma responsabilidade da mulher?”. “Com qual das frases o(a)

Sr(a) concorda mais: O aborto deve ser proibido em qualquer situação, o aborto deve ser permitido se a mulher ficar grávida por causa de estupro ou o aborto deve ser permitido em qualquer situação?”

Ordem: “Agora eu vou mencionar vários tipos de protestos contra o governo, e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se o protesto deve sempre ser permitido, deve ser permitido na maioria das vezes, deve ser proibido na maioria das vezes, ou se deve sempre ser proibido. Passeatas. Greves. Comícios”.

Avaliação do candidato: “Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) Sr(a) me dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar. Quero lembrar que, zero significa que o(a) Sr(a) NÃO gosta do político que vou mencionar e dez que o(a) Sr(a) gosta muito. De novo, se o(a) Sr(a) não conhecer o político que eu disser, diga apenas que não o conhece. Lula. José Serra”.

Identificação partidária. “Qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?” Avaliação economia “O(a) Sr(a) está preocupado em perder o emprego/trabalho nos próximos 6 meses?”

Avaliação de governo: “Na sua opinião, de uma maneira geral o governo Fernando Henrique nos últimos 4 anos foi: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo”.

Sofisticação (variável aditiva). “Na sua opinião, qual é o partido do Presidente Fernando Henrique Cardoso?”. “Na sua opinião o número 13 é de qual partido?”. “Nessa eleição, Denise Frossard foi eleita Deputada Estadual, Deputada Federal ou Senadora?”. “E Carlos Minc, foi eleito Deputado Estadual, Deputado Federal ou Senador?”

Lapop 2006

Dimensão econômica: “É preciso dar mais liberdade para as empresas dispensarem os empregados”. “O governo deveria oferecer menos serviços públicos, como saúde e educação, para reduzir os impostos”. “Quanto menos o governo intervier na economia, melhor para o país”. “Se o país for rico, não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais”.

Dimensão moral: “No geral, homens são mais adequados para a carreira política do que mulheres”. “Quando o desemprego é elevado, os homens deveriam ter mais direito ao trabalho do que as mulheres”. “Agora eu vou falar de assunto polêmico. O que o(a) Sr.(a) acha de homens que fazem sexo com homens?”

Ordem: “Agora vamos mudar para outro cartão. Este novo cartão tem uma escala de 10 pontos, que vão de 1 a 10, sendo que o 1 indica que o Sr./Sra. desaprova fortemente e o 10 indica que aprova fortemente. Vou ler uma lista de algumas ações ou coisas que as pessoas podem fazer para atingir suas metas e objetivos políticos. Quero que me diga aprovaria ou desaprovava as seguintes ações: “A participação de pessoas no bloqueio de ruas ou rodovias”. “A participação de pessoas em manifestações permitidas por lei”. “A ocupação de fábricas, escritórios ou outros edifícios”.

Sofisticação (variável aditiva). “Qual é o nome do atual presidente dos Estados Unidos?” “Como se chama o Presidente da Câmara de Deputados?” “De quanto tempo é o mandato do presidente no Brasil?” “Como se chama o presidente do Chile?” “Qual é o partido do presidente Lula?”.

Avaliação prospectiva: “O(a) Sr(a) está preocupado em perder o emprego/trabalho nos próximos 6 meses?”

Avaliação de governo: “E falando do governo, em geral, como o Sr./Sra. avalia o trabalho que o Presidente Lula está realizando?”

Avaliação econômica sociotrópica: “Como Sr./Sra. avalia, em geral, sua situação econômica? O sr/sra acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?”,

Avaliação econômica egotrópica: “Como Sr./Sra. avalia, em geral, sua situação econômica? O sr/sra acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?”.

Identificação partidária: “Qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?”

Bolsa família: “O(A) Sr./Sra. ou alguém em sua casa recebe ajuda mensal em dinheiro ou em produtos do governo, como por exemplo do Programa Bolsa Família?”

Lapop 2010

Avaliação economia (sociotrópica): “Agora, falando da economia...Como o(a) Sr./Sra. avalia a situação econômica do país? O(A) Sr./Sra. acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?”

Avaliação retrospectiva (sociotrópica): “O (a) Sr./Sra. considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual, ou pior que há doze meses?”

Avaliação prospectiva (sociotrópica): “O(A) Sr./Sra. diria que em doze meses a situação econômica do país vai ficar melhor, igual ou pior do que está agora?”

Avaliação economia (egotrópica): “Como o(a) Sr./Sra. avalia, em geral, sua situação econômica? O(A) Sr./Sra. acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?”

Avaliação retrospectiva (egotrópica). “O(A) Sr./Sra. acha que sua atual situação econômica está melhor, igual ou pior que há doze meses?”

Avaliação prospectiva (egotrópica): “O(A) Sr./Sra. diria que em doze meses sua situação econômica vai ficar melhor, igual ou pior do que está agora?”

Avaliação de governo: “Falando em geral do atual governo, como o(a) Sr./Sra. avalia o trabalho que o Presidente Lula está realizando”.

Dimensão econômica: “O Estado brasileiro, mais que os indivíduos, deve ser o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?”. “O Estado brasileiro, mais do que as empresas privadas, deve ser o responsável principal por criar em- pregos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?”. “O Estado brasileiro, mais do que o setor privado, deve ser o responsável pelo pagamento das aposenta- dorias. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?”. “O Estado brasileiro, mais do que o setor privado, deve ser o responsável pelo provimento de serviços de saúde (hospitais). Até que ponto concorda ou discorda desta frase?”

Dimensão moral: “E agora, mudando de assunto e pensando nos homosse- xuais, quanto o(a) Sr./Sra. aprova ou desaprova que estas pessoas possam candidatar-se para cargos públicos?”. “Quanto o(a) Sr./Sra. aprova ou desa- prova que casais homossexuais tenham o direito de se casar?”. “A mistura das raças é boa para a Brasil. Até que ponto o(a) Sr./Sra. concorda ou discorda desta frase?”. “Estaria de acordo que uma filha ou filho seu se casasse com uma pessoa negra. Até que ponto o(a) Sr./Sra. concorda ou discorda desta frase?”

Ordem: "A participação de pessoas em manifestações permitidas por lei. Até que ponto aprova ou desaprova?". "A participação de pessoas em uma organização ou grupo para resolver os problemas das comunidades. Até que ponto aprova ou desaprova?". "A invasão de propriedades ou terrenos privados para protestar. Até que ponto aprova ou desaprova?"

Bolsa família. "O(A) Sr./Sra. ou alguém em sua casa recebe ajuda mensal em dinheiro ou em produtos do governo, como por exemplo do Programa Bolsa Família?"

Identificação partidária: "Atualmente o(a) Sr./Sra. simpatiza com algum partido político?"

ESEB 2014

Dimensão econômica: "O governo precisa se responsabilizar mais para garantir o sustento de todos". "Deveria haver mais iniciativa privada na indústria e no comércio". "No longo prazo, quem trabalha muito sempre vai ter uma vida melhor".

Avaliação de governo: "Na sua opinião, de uma maneira geral o governo da presidente Dilma Rousseff nos últimos 4 anos foi ótimo, bom, ruim ou péssimo?"

Avaliação prospectiva (egotrópica): "Pensando no futuro, daqui uns 10 anos, o(a) Sr.(a) acha totalmente possível, possível, impossível ou totalmente impossível que o seu padrão de vida será melhor?"

Avaliação retrospectiva (sociotrópica). "Na sua sua opinião, a atual situação econômica do Brasil está melhor, igual ou pior, que há 10 anos?" Identificação partidária "Qual partido o(a) Sr.(a) gosta?"

Ascensão de classe "Nos últimos anos, tem-se falado que muitas pessoas mudaram de classe social. Pensando nisso, considerando os últimos 8 anos, o(a) Sr.(a) diria que o(a) Sr.(a) e sua família mudaram de classe social ou permaneceram na mesma classe que estavam há 8 anos atrás?"

Personalismo: "Quero lembrar que, zero significa que o(a) Sr.(a) não gosta de jeito nenhum do político que vou mencionar e dez que o(a) Sr.(a) gosta muito. De novo, se o(a) Sr.(a) não conhecer o político que eu citar, diga apenas que não o conhece. Lula".

Resultados dos coeficientes fatoriais

Tabela A1

Tabela A2

Tabela A1 - Cultura Política 1993 e ESEB 2002

	Economia	Social	Ordem
Cultura Política 1993			
Menos igualdade	0,56		
Impostos contra empresas	0,51		
Mais liberdade empresários	0,49		
Menos serviços públicos		0,41	
Mulheres em casa		0,51	
Homossexualidade		0,56	
Aborto		0,49	
Contra manifestações			0,56

Tabela A1 - Cont.

	Economia	Social	Ordem
Proibir protestos			0,68
Proibir greves			0,76
ESEB 2002			
Controle serviços governo	0,71		
Controle preços governo	0,62		
Controle salários governo	0,54		
Homossexualidade		0,45	
Mulheres trabalhando		0,65	
Aborto		0,49	
Passeatas			0,77
Greves			0,66
Comícios			0,64

Fonte: O autor.

Tabela A2 - ESEB 2006, LAPOP 2010 e LAPOP 2014

	Economia	Social	Ordem
LAPOP 2006			
Liberdade empresas	0,52		
Menos serviços	0,46		
Menor intervenção governo	0,41		
Homens adequados política		0,41	
Desemprego mulheres		0,43	
Homossexualidade		0,52	
Bloqueio ruas			0,68
Manifestações permitidas			0,61
Ocupações			0,51
LAPOP 2010			
Estado bem-estar	0,55		
Estado empregos	0,47		
Estado aposentadoria	0,60		
Estado responsável saúde		0,47	
Homossexualidade (1)		0,58	
Homossexualidade (2)		0,45	
Racismo (1)		0,56	
Racismo (2)		0,52	
Manifestações			0,67
Invasão propriedades			0,68
Participação comunidades			0,71
ESEB 2014			
Governo responsável todos	0,51		
Mais iniciativa privada	0,51		
Meritocracia	0,46		

Fonte: O autor.